



Ata da Reunião Ordinária de março de 2026 do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR/PR

Ao décimo oitavo dia do mês de março de dois mil e vinte e seis, em primeira chamada (início às quatorze horas), o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR/PR se reuniu para a realização da 3ª Reunião Ordinária, convocada por meio do Ofício Circular n.º 003/2026. A reunião ocorreu em formato híbrido, presencialmente na Sala de Situação do Palácio das Araucárias, em, Curitiba e online pelo link do meet: meet.google.com/mxb-xpei-srx tendo como expediente: 1) Boas-vindas do Presidente; 2) Verificação de Quórum; 3) Leitura e Aprovação das Pautas; 4) Aprovação da Ata da Reunião de 09 de fevereiro de 2026; 5) Apresentação de balanço do FUNDEPPIR; 6) Composição da mesa diretora e gestão do triênio 2026-2029; 7) Projeto de Lei n.º 25/2026, que proíbe a adoção de cotas e políticas afirmativas em instituições de ensino superior públicas ou que recebam verbas públicas no Estado do Paraná; 8) Informes: 8.1 – Processo Eleitoral das OSC do Consepír (triênio 2026-2029); 8.2 – GT Modelos de Casas Afro-paranaense; 8.3 – GT Inclusão da Capoeira na educação escolar paranaense; e 9) Encerramento. Registro de participantes: **Conselheiros Governamentais:** Ademar Florentino (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB); Alessandra Rodrigues Dias Scharnoveber (Secretaria de Estado da Segurança Pública); Alex Sandro da Silva e Anastácio dos Santos Nascimento (Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania); Aloísio Justino do Nascimento (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família); Ellen Cunha do Nascimento (Secretaria de Estado da Cultura); Galindo Pedro Ramos (Secretaria de Estado da Educação); Ivânia Ramos dos Santos (Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa); Luciano Arantes Sanches (Secretaria de Estado do Planejamento); Lucimar Pasin de Godoy (Secretaria de Estado da Saúde); Richard Alexandre Mota Dinkchaysen (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior); Roberta Zambenedetti Lima (Casa Civil); e Victor Hugo Florentino dos Santos (Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda). **Conselheiros da Sociedade Civil:** Antônio José Teixeira (Ódará Ajé Templo dos Òrisás do Culto Yorubá); Edvaldo Viana (Instituto do Movimento da Cultura Afro Brasileira – IMECAB); Jaqueline Simone Barbosa Lopes (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região); Luzia Messias da Silva (Instituto Internacional de Prevenção das Drogas – IIPDROG); Marcos Aparecido Soares e Márcia Correia da Silva Rosa



(Federação das Associações de Moradores – FAMOPAR); Marli Nunes dos Santos Alves (Conselho Regional de Psicologia – CRP/PR); Robson Jaime Pereira (Liga Brasileira de Capoeira – LBC); e Rosa Caetano da Silva (Associação Brasileira Cultural Educacional Assistencial Corisco Capoeira e Lutas Corporais). **Justificativas de ausência:** Secretaria do Turismo – SETU, justificada via email ao conselho em 13/03 em função do Encontro Regional Viajantes + Seguras, programa conjunto da SETU com a SEMIPI). **Convidados:** Camilla Klostermann dos Santos (Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial da Defensoria Pública do Paraná - NUPIER/DPE-PR) **Ouvintes:** Saul Dorval da Silva; Claudio Andre da Silva Junior (SEMIPI) e Everton Carlos dos Anjos (SEMIPI). **Secretaria Executiva:** Gloria Christina de Souza Cardozo (SEMIPI). A Sec. Gloria Cardozo, procedeu à verificação de quórum, sendo constatado, na primeira chamada, número insuficiente de participantes para instalação da sessão. Observado o intervalo regimental de quinze minutos, foi realizada nova verificação, ocasião em que se constatou quórum suficiente para o início dos trabalhos. Foi pela Secretaria Executiva a leitura da pauta constante da convocatória. Durante sua apreciação, houve manifestação do conselheiro Edvaldo Viana no sentido de questionar a pertinência do item 6, que tratava da composição da mesa diretora para o triênio 2026-2029. A Secretaria Executiva resgatou a metodologia de composição da pauta, a destacar que se tratou de ponto indicado por uma das pessoas Conselheiras e a questão regimental quando a composição da pauta que envolve apenas o acolhimento pela Secretaria Executiva, competindo ao Plenário a deliberação da pauta. Após debate que recuperou que o processo eleitoral das organizações da sociedade civil ainda se encontrava em andamento, a permanência do item na pauta foi colocada em votação pela Presidência, sendo a supressão do ponto 6 aprovada por unanimidade. Com a retirada, do ponto, a pauta fora submetida a votação e aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente do CONSEPIR/PR, Sr. Aloísio Justino do Nascimento, deu as boas-vindas às pessoas Conselheiras presentes, destacando a relevância da participação ativa no processo de consolidação das políticas públicas de promoção da igualdade racial no Estado do Paraná, especialmente no contexto de encerramento do atual mandato da sociedade civil, sendo esta a penúltima reunião ordinária dessa gestão da sociedade civil. Dando prosseguimento, passou-se à apreciação da ata da reunião ordinária de 09 de fevereiro de 2026, previamente encaminhada às pessoas Conselheiras via email. Não havendo manifestações quanto à



necessidade de ajustes, a ata foi aprovada por unanimidade. Em continuidade, passou-se ao item referente à apresentação do balanço do Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – FUNDEPPIR. A apresentação foi realizada por representante da equipe técnica da Secretaria, Sr. Everton Carlos dos Anjos que expôs síntese do relatório circunstanciado referente ao exercício de 2025, contemplando informações sobre origem dos recursos, execução orçamentária e principais despesas realizadas, incluindo repasses fundo a fundo a municípios, custeio de conferências e despesas operacionais do Conselho. Durante o debate, foram apresentadas contribuições por parte das pessoas Conselheiras, com destaque para a necessidade de aprimoramento na forma de apresentação das informações contábeis, especialmente quanto à explicitação dos valores de entrada e saída de recursos, visando maior transparência e segurança jurídica. Também foi sugerida a institucionalização da apresentação periódica de balancetes em todas as reuniões do Conselho, bem como o envio prévio dos documentos para análise das pessoas Conselheiras. Registrou-se ainda a proposta de criação de comissão temática específica para acompanhamento do FUNDEPPIR. Considerando que o item se tratava de apresentação, não houve deliberação, ficando consignado o encaminhamento de disponibilização do relatório completo para apreciação e votação na próxima reunião ordinária. Na sequência, passou-se à discussão do item referente ao Projeto de Lei n.º 25/2026, que propõe a proibição da adoção de cotas e políticas afirmativas em instituições de ensino superior públicas ou que recebam verbas públicas no Estado do Paraná. O tema foi amplamente debatido, sendo destacada a relevância das políticas de ações afirmativas como instrumentos de promoção da igualdade racial e justiça social. Durante as discussões, foram apresentados fundamentos jurídicos e institucionais que sustentam a constitucionalidade das políticas de cotas, com menção à jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, bem como à legislação nacional e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Também foi registrado, conforme manifestação no chat da reunião, que o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial da Defensoria Pública do Paraná – NUPIER encontra-se em processo de elaboração de nota técnica contrária ao referido projeto, apontando sua inconstitucionalidade. Na ocasião, foi apresentada minuta de nota pública do CONSEPIR em defesa das políticas de cotas e ações afirmativas. Após debate e sugestões de aprimoramento, especialmente quanto ao



reforço da fundamentação jurídica, a nota foi aprovada por consenso, com a inclusão de referência à decisão do Supremo Tribunal Federal que reconhece a constitucionalidade das cotas raciais. Dando continuidade, passaram-se aos informes. No informe 8.1, relativo ao processo eleitoral das organizações da sociedade civil para o triênio 2026-2029, a Secretaria Executiva apresentou atualização detalhada do cronograma e das etapas já realizadas, incluindo prorrogação do prazo de inscrições, análise documental, divulgação das inscrições homologadas e não homologadas, abertura de prazo recursal e previsão de divulgação dos resultados dos recursos. Informou-se ainda a previsão das próximas etapas, incluindo realização da assembleia de apresentação das candidaturas, processo de votação, publicação dos resultados e posse das novas pessoas Conselheiras representantes da Sociedade Civil. No informe 8.2, referente ao Grupo de Trabalho sobre modelos de Casas Afro-paranaenses, foi apresentado pela Conselheira Jacqueline relato da visita técnica realizada ao Centro de Referência Afro – CREA Afro Enedina Alves Marques no município de Curitiba, destacando-se a importância do equipamento público como referência para a construção de modelo estadual. Foram ressaltados aspectos estruturais, metodológicos e de atendimento, bem como a necessidade de fortalecimento do trabalho em rede e da ampliação de equipes técnicas. Informou-se ainda o cronograma de trabalho do grupo, com previsão de apresentação de proposta ao Conselho na reunião de abril. No informe 8.3, referente ao Grupo de Trabalho sobre inclusão da capoeira na educação escolar paranaense, foi informado que o grupo se encontra em fase inicial de levantamento normativo e situacional, com mapeamento de legislações existentes e experiências em outros estados e municípios. Foram também compartilhadas iniciativas locais, incluindo articulações em municípios para inclusão da capoeira em atividades escolares e eventos culturais. Ainda nos informes, foi relatado o encaminhamento de ofício do CONSEPIR à Câmara Municipal de Ibiporã, solicitando providências em relação a manifestação de cunho racista proferida por vereador, bem como comunicação ao Ministério Público, que já se encontra adotando as medidas cabíveis. Foram também registrados informes de participação de pessoas Conselheiras em eventos e atividades institucionais, incluindo assembleias municipais, marchas e espaços de mobilização social, destacando-se a importância da presença do Conselho nesses espaços. Sem mais a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todas e todos e declarou encerrada a reunião, informando que a próxima reunião ordinária está prevista para o dia 22 de abril



de 2026. A presente ata foi redigida por Gloria Cardozo, Secretária Executiva do Conselho e Assessora da Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa - SEMIPI. Após a aprovação será publicada no DIOE e disponibilizada no site do CONSEPIR/PR.